



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO

Número _____ / x (___ª)

PERGUNTA

Número 2448 / x (4ª)

Assunto: **Transporte de mercadorias perigosas nos perímetros urbanos do Concelho de Santiago do Cacém – segurança das populações**

Destinatário: **Ministério da Administração Interna**

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República

Expeça-se

Publique-se

20 / 05 / 2009

Q Secretária da Mesa

Recorreis

O Grupo Parlamentar do PCP tomou conhecimento da situação inadmissível que se verifica actualmente com o transporte de mercadorias perigosas no Concelho de Santiago do Cacém.

Após a audiência realizada por iniciativa do Presidente da Câmara Municipal de Santiago do Cacém junto do Grupo Parlamentar do PCP, realizámos uma visita ao local e um encontro com as corporações de Bombeiros e com os responsáveis da Protecção Civil do Concelho, sob a direcção do Presidente da Câmara.

O que pudemos testemunhar configura uma situação de incomportável risco para as populações, diariamente confrontadas com um incessante tráfego de viaturas pesadas de transporte de mercadorias perigosas a circular nas ruas do centro da cidade, transportando produtos como gasolina, gasóleo, *jet fuel* ou enxofre – o mesmo se verificando no centro da Vila do Cercal do Alentejo.

Nos passados dias 3 e 4 de Abril, a Estradas de Portugal arrancou e apropriou-se de 22 sinais de trânsito e 22 placas adicionais e respectivos postes adquiridos e colocados pela Câmara Municipal – sinais de trânsito esses que, dentro do perímetro urbano, indicavam a proibição de trânsito a veículos transportando mercadorias perigosas.

Está em causa um processo que vinha sendo gradualmente definido ao longo dos últimos seis anos, com a participação de todas as entidades competentes e interessadas nesta área, nomeadamente a Estradas de Portugal, a então Direcção Geral de Viação, a Galp, a Repsol e a Carbogal.

Importa sublinhar que, com o diálogo construído ao longo dos anos entre o Município de Santiago do Cacém e as várias entidades envolvidas neste processo, foram definidas alternativas para todos os percursos do transporte rodoviário de mercadorias perigosas, pelo que nenhum serviço de transporte foi inviabilizado com esta proibição de atravessamento dos perímetros urbanos.

Por outro lado, tal vem demonstrar que a Câmara Municipal de Santiago do Cacém não tem nem nunca teve a pretensão de impedir *tout court* a circulação de viaturas de transporte de mercadorias perigosas no território do concelho, pretendendo apenas responder à actual situação de máxima vulnerabilidade que tem sido diagnosticada.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Fomos informados, no decurso do encontro realizado em Santiago do Cacém, das naturais limitações ao nível da capacidade de intervenção, na resposta a acidentes que possam ocorrer nesse transporte de mercadorias perigosas. Pode ser necessário evacuar toda uma Vila, ou o centro da Cidade. E muitas das vezes os Bombeiros ou os agentes das Forças de Segurança não são evidentemente especializados para intervenções deste tipo.

Por outro lado, é particularmente preocupante que a viatura de intervenção química, que tenha de ser accionada em casos de determinada complexidade, esteja colocada em Setúbal, implicando uma deslocação de cerca de duas horas até ao local.

Perante este quadro, coloca-se de forma evidente a necessidade de tomar medidas concretas para responder a esta ameaça sobre a vida das populações, constantemente confrontadas com a passagem de viaturas de transporte de mercadorias perigosas à sua porta. A situação tornou-se ainda mais grave com a atitude da Estradas de Portugal, que reabriu aquela possibilidade, simplesmente arrancando e apropriando-se de sinais de trânsito colocados pela Câmara Municipal no perímetro urbano.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, perguntamos ao Governo, através do Ministério da Administração Interna, o seguinte:

1. Qual o conhecimento que o Governo tem desta situação? Está o Governo a par da situação real e concreta do transporte de mercadorias perigosas por ruas do centro da Cidade de Santiago e da Vila do Cercal do Alentejo?
2. Que medidas vai o Governo levar a cabo para que se ponha cobro a esta situação de perigo de vida e de máxima vulnerabilidade em que hoje se encontram as populações?
3. Como explica o Governo que a viatura de intervenção química, que tenha de ser accionada em casos de determinada complexidade, esteja colocada em Setúbal?
4. Qual é actualmente o acompanhamento realizado pelas estruturas nacionais de Protecção Civil relativamente ao transporte de mercadorias perigosas que diariamente se efectua a partir da área de Sines?

Assembleia da República, 20 de Maio de 2009.

Os Deputados:

Bruno Dias

Francisco Lopes